

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2015

(Do Sr. Arthur Virgílio Bisneto)

Solicita informações quanto às providências adotadas para apurar as responsabilidades e punir os culpados pelos atos de má gestão levados a cabo, no setor elétrico brasileiro, a partir do ano de 2012.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115, e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Eduardo Braga, Ministro de Estado de Minas e Energia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às providências adotadas para apurar as responsabilidades e punir os culpados pelos seguintes atos de má gestão levados a cabo, no setor elétrico brasileiro, a partir do ano de 2012:

1 – atos e decisões do governo federal que resultaram em aumentos significativos dos custos da energia adquirida junto às geradoras e provocaram o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de todas as distribuidoras de energia elétrica brasileira (citamos, como exemplo de má gestão, a decisão adotada pelo MME, a partir do final de 2012, de deixar de realizar o leilão anual para recontração de energia de usinas existentes, obrigando as distribuidoras a comprar, semanalmente no mercado de curto prazo a preços elevadíssimos, parcela significativa da energia que fornecem);

2 – decisão de não realizar as revisões das tarifas das distribuidoras para corrigir os desequilíbrios econômico-financeiros existentes

em 2014 e obrigar essas distribuidoras de energia elétrica a tomarem empréstimos bancários que, incluindo os juros a serem pagos, totalizam a estratosférica quantia de R\$ 34,015 bilhões (trinta e quatro bilhões e quinze milhões de Reais), para evitar aumentos significativos das contas de luz em 2014, um ano de eleições gerais, perpetrando verdadeira fraude eleitoral ao ocultar dos eleitores, consumidores de energia elétrica, os custos, que agora passam a ser cobrados com juros, decorrentes da má gestão do setor elétrico durante o governo que então buscava a reeleição.

JUSTIFICAÇÃO

Em 31 de março de 2015¹, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL informou que os empréstimos bancários feitos pelo governo federal para socorrer as distribuidoras e evitar alta nas contas de luz no ano passado vão custar aos consumidores brasileiros R\$ 34,015 bilhões, e que o repasse dos custos desses empréstimos às tarifas de energia elétrica vai gerar um aumento extra entre 5 e 6 pontos percentuais, nas contas dos consumidores, no período de 2015 e 2020.

De acordo com a ANEEL, entre abril de 2014 e março de 2015, as distribuidoras tomaram empréstimos que somam R\$ 21,176 bilhões para cobrir custos das distribuidoras com a compra de energia. Sobre esse montante incorrerão 60,6% de juros, ou R\$ 12,838 bilhões, totalizando os R\$ 34,015 bilhões, que serão pagos pelos consumidores entre 2015 e 2020.

Ocorre que as distribuidoras viram-se obrigadas a adquirir energia elétrica a preços elevados por que não o fizeram antes que ocorresse a disparada no preço desse insumo devido ao aumento da geração termelétrica, associada à queda no volume das principais hidrelétricas do país.

E as distribuidoras não fizeram as contratações de energia tempestivamente porque o governo federal, a partir do final de 2012, deixou de realizar o leilão anual para recontração de energia de usinas existentes, obrigando as distribuidoras a comprar, semanalmente no mercado de curto prazo a preços elevadíssimos, parcela significativa da energia que fornecem.

¹ Vide notícias divulgadas pela imprensa, disponíveis na Internet, como a disponível no endereço: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/03/emprestimos-para-distribuidoras-vao-custar-r-34-bilhoes-ao-consumidor.html>, consultado em 08/04/2015.

Essa decisão, que caracteriza a má gestão do setor, provocou desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos de concessão das distribuidoras em 2014 que deveriam ter sido corrigidos com a realização de processos de revisões tarifárias extraordinárias.

Porém, ciente do prejuízo para a imagem do governo federal decorrente de um aumento extraordinário das tarifas de energia elétrica em percentuais elevados, em ano eleitoral, o governo obrigou as distribuidoras de energia elétrica a tomarem empréstimos bancários que, incluindo os juros a serem pagos, totalizam a estratosférica quantia de R\$ 34,015 bilhões (trinta e quatro bilhões e quinze milhões de Reais).

Efetivamente, os referidos empréstimos empurraram os significativos aumentos das tarifas de energia elétrica que eram necessários em 2014, ano de eleições gerais, para o período pós-eleições, perpetrando verdadeira fraude eleitoral, em que se ocultou dos eleitores, consumidores de energia elétrica, os custos decorrentes da má gestão do setor elétrico durante o governo que então buscava a reeleição, que agora, a partir de 2015, passam a ser cobrados com juros extorsivos que alcançam a cifra de 60,6% do total tomado a título de empréstimo.

Em suma, os custos da reeleição de um governo desastroso para o setor elétrico e para a economia nacional estão sendo pagos pelos consumidores que foram iludidos em 2014, ano eleitoral, com declarações de que tudo estava muito bem no setor elétrico e na economia brasileira, quando a verdade era bem diferente.

A fraude, o engodo e a má gestão não podem ser vistos como atividades corriqueiras do governo brasileiro. É imprescindível apurar as responsabilidades e punir exemplarmente os culpados.

Vimos, portanto, por meio do presente pedido, encarecer ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia que envie, no mais breve prazo possível, informações quanto às providências adotadas para apurar as responsabilidades e punir os culpados pelos seguintes atos de má gestão levados a cabo, no setor elétrico brasileiro, a partir do ano de 2012:

1 – atos e decisões do governo federal que resultaram em aumentos significativos dos custos da energia adquirida junto às geradoras e provocaram o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão

de todas as distribuidoras de energia elétrica brasileira (citamos como exemplo de má gestão a decisão adotada pelo MME, a partir do final de 2012, de deixar de realizar o leilão anual para recontração de energia de usinas existentes, obrigando as distribuidoras a comprar, semanalmente no mercado de curto prazo a preços elevadíssimos, parcela significativa da energia que fornecem);

2 – decisão de não realizar as revisões das tarifas das distribuidoras para corrigir os desequilíbrios econômico-financeiros existentes em 2014 e obrigar essas distribuidoras de energia elétrica a tomarem empréstimos bancários que, incluindo os juros a serem pagos, totalizam a estratosférica quantia de R\$ 34,015 bilhões (trinta e quatro bilhões e quinze milhões de Reais), para evitar aumentos significativos das contas de luz em 2014, um ano de eleições gerais, perpetrando verdadeira fraude eleitoral ao ocultar dos eleitores, consumidores de energia elétrica, os custos, que agora passam a ser cobrados com juros, decorrentes da má gestão do setor elétrico durante o governo que então buscava a reeleição.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado **ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO**